

CLIMA E REFORMULAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE *

José Cortez Pereira de Araújo

Nosso tema se relaciona com a questão climática e o problema de desenvolvimento econômico como condição inicial para o desenvolvimento social e humano. Inicialmente fazemos a observação de que o Nordeste é uma contradição geográfica, ou seja, não existe cópia do Nordeste em nenhuma parte do mundo. Ele é uma tipicidade porque, vizinho da Amazônia, essa grande concentração d'água do mundo, teria as contra-indicações, talvez, para se tratar de uma região semi-árida.

Se olharmos o mapa e compararmos a posição geográfica do Nordeste brasileiro, com outros países na faixa do Equador, vamos ver na mesma situação do Nordeste, apenas do outro lado do Equador, uma província da Colômbia que tem uma das maiores precipitações pluviométricas do mundo, na ordem de 8.000 milímetros. No entanto, somos uma região semi-árida, com uma semi-aridez de características muito singulares. Alguns pontos do Nordeste chegam a ter até 3.000 horas de sol/ano. Compreendendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, no Seridó, por exemplo, nessa região, em algumas partes, a temperatura se eleva a 60 graus centígrados na ossatura descoberta da rocha. Com esta luminosidade e incidência vertical que chega a 3.000 horas de sol/ano, levanta-se um colchão de ar quente que chega a 2.500 m - 2.800m de altura, empurrando para cima as nuvens, não dando condições de condensação, e fazendo-as passar leves, rápidas e inúteis sobre essa região que necessita da água. Todos estes fatores resultam no elevadíssimo grau de evaporação e de evapotranspiração que absorve 92% de toda água que se precipita sobre o Nordeste.

Dentro dessa posição climática forma-se um equilíbrio precário entre a vida e o meio físico. Homens, animais, plantas encontram-se num equilíbrio precaríssimo com a terra, a água, o ar e o fogo, para falarmos nos elementos tradicionais. A terra do Nordeste semi-árido é uma terra enferma e em estado de coma. Mesmo assim, é agitada, é movimentada, é removida por uma agricultura anual inadequada, climática e ecologicamente, a esse tipo de terra. **O ar é essa quentura potencializada pela devastação, pela erosão, pelo afloramento da rocha.** Os ventos quentes, como vassouras de bruxas, varrem e destroem o início de vida de material orgânico que é deposto em cima da terra e fica esturricado por essa quentura. A água do Nordeste utilíssima, por uma série de circunstâncias termina se transformando na devastadora loucura das enxurradas comprometendo ainda mais o precário equilíbrio do Nordeste. O fogo do sol e o fogo da terra aliam-se contra a vida na sua forma mais frágil, eliminando a microvida, os traços de ligação entre os elementos da grande vida. **O Nordeste semi-árido é um verdadeiro incêndio.** Ele está morrendo queimado.

A inadequação das atividades, principalmente, agrícolas do Nordeste, se transforma em multiplicador para todos esses fatores adversos. Entendemos que **a seca nordestina não é um fator adverso.** O que temos são atividades econômicas, principalmente agrícolas, adversárias dos fatores. Tomo, por exemplo, o Rio Grande do Norte que conheço razoavelmente bem e desdubro, com argumentos concretos, o meu raciocínio. O Rio Grande do Norte, em termos de

* Texto publicado originalmente em: Encontro Regional de Tropicologia, 5, 1988, Recife. **Anais...** Recife: Massangana, 1990. p.93-102. Com o debate de Renato Santos Duarte, Abdias Cabral de Moura.

produção econômica agrícola, zero por cento (0%) de quase tudo o que se produz em relação ao Brasil. De uma coisa só pulamos do zero qualquer coisa para sermos o quase tudo na produção brasileira. **Por que sendo quase nada de quase tudo, somos quase tudo de uma coisa só?** Porque o Rio Grande do Norte que é zero vírgula qualquer coisa de algodão, de mandioca, de feijão, de milho, é mais de 80% do sal brasileiro, o que lhe dá uma característica singular. O Rio Grande do Norte é o mais brasileiro de todos os Estados brasileiros a partir do sal, porque não há brasileiro, morando no Brasil, que não carregue parte do Rio Grande do Norte na sua formação celular, sangüínea, óssea, pela presença do sal. Por que, então, o Rio Grande do Norte, um quase nada de quase tudo, é um quase tudo de sal? Precisamente porque, em toda a América Atlântica leste, existe uma faixa de terra onde não chove até a praia, onde a seca toma banho no mar e mistura-se com o mar, que é; precisamente, aquele pedaço de costa norte-rio-grandense que vai de Touros até quase entrando um pouco no Ceará. O Rio Grande do Norte é importante em termos de produção de sal, precisamente, em decorrência da seca. Se não fosse a seca não seríamos produtor de sal algum.

Vale, portanto, uma reflexão sobre isso e perguntamos se não é possível descobrirmos outras alternativas com características semelhantes. Com isso observamos que há um longo caminho que vai do atraso ao desenvolvimento, e que começa na terra. Há um quê de semelhança bíblica ao se dizer que no começo tudo era a terra, como “no princípio era o Verbo”, porque se tira tudo da terra, em termos de necessidades primárias: o alimento, o vestir, o abrigar-se. O desenvolvimento, no Nordeste ou se inicia na agricultura ou não chega à indústria; ou começa no campo ou não alcança a cidade. Grande parte da desgraça que se abate sobre nós, sobre o Nordeste, todo esse esforço imenso que se faz para diminuir o abismo cada vez maior entre o Centro-Sul e o Nordeste, tem muito a ver com os primeiros passos, erradamente dados.

Em termos de terra, primeiro passo nessa longa caminhada à procura de desenvolvimento, temos a maior inversão possível e imaginada. Antes de sermos descobertos, a terra tinha seus donos: reis católicos de maior prestígio junto ao Papa. Depois, a pior forma para se iniciar a convivência com a terra foi a Capitania, como expressão maior do latifúndio produtivo e, ainda mais, hereditária. Num confronto, os Estados Unidos têm muito a ver, em termos do seu desenvolvimento atual, com seus primeiros passos, seu pacto político-religioso, estabelecendo uma unidade familiar com o tipo de propriedade que foi o início da ocupação da terra. Bastanos lembrar quais foram os resultados disso quando, na metade do século XVII, os holandeses saíram, daqui, expulsos e ocuparam as ilhas do Caribe, e o grande desempenho que esse tipo de economia familiar, da grande família de agregados, desempenhou para suprir a vastidão dos canaviais que tomou conta das ilhas para atender as necessidades do povo. Precisamente, a diversificação que se formou da produção agrícola na pequena família, na pequena propriedade americana, foi que supriu o grande mercado consumidor do Caribe, o qual nos colocou para trás.

Entendemos que o atraso do Nordeste tem muito a ver com a estrutura fundiária. Iniciado politicamente bem pela empresa de colonização, implantando atividade altamente concentradora de renda, a atividade agro-industrial açucareira, foi jogado, depois para trás pela democratização agrícola que se instalou em São Paulo e que deu início ao processo de criação de mercado, que induziu São Paulo à industrialização. A essa inadequação agrícola somou-se a inadequação fundiária do Nordeste. A inadequação agrícola do Nordeste tornou-se responsável por essa situação que se vive, ainda hoje, e que tende a se agravar, porque a nossa produtividade baixa cada vez mais, enquanto a produtividade do Sul aumenta cada vez mais. Num confronto

entre a produtividade agrícola do Nordeste e do Centro-Sul do país, veja-se que de vinte culturas, produzimos, apenas, 57% do que produz o Centro-Sul do país. Se fazemos esse confronto, apenas, com o semi-árido, essa produtividade baixa para 35%. E se identificarmos os cinco produtos mais populares, que absorvem 90% da região mais seca do Nordeste, encontraremos uma produtividade da ordem de 23%. Com as cíclicas destruições totais das produções, queda de produtividade normal no Nordeste, o total ou quase total desaparecimento da produção nos anos piores, tudo isso nos leva a ter milhões e milhões de dias de trabalho perdidos no Nordeste, sem remuneração econômica, sem as mínimas condições de competição com o Centro-Sul do país.

Sobrevivíamos, quando vivíamos, isoladamente. Mas, a partir da integração nacional não é mais possível convivermos no absurdo dessa diferença estúpida entre produtividade do Nordeste e produtividade do Centro-Sul do país. Precisamos encontrar caminhos para libertar o Nordeste do destino de trabalhar e não produzir; de plantar e não colher; de lutar e não vencer. Existem alternativas. No Nordeste, temos alternativas, economicamente densas, e deixamos de praticá-las.

No nosso modo de entender, a primeira coisa que teríamos de fazer era permitir a substituição das atividades agrícolas anuais por atividades agrícolas perenes. A anualidade é, absolutamente, contraditória com a região seca em que vivemos, como por exemplo, plantar cereais na adversidade climática da realidade do Nordeste. Temos de pensar em atender o S.O.S. do Nordeste, cobrindo-o de árvores, porque a árvore é o salva-vidas do Nordeste. A sombra da árvore corresponde a uma precipitação de 25 a 30mm por ano, com regularidade. Em verdade, a nossa seca não é propriamente de falta d'água, mas de irregularidade das chuvas. Temos, no Nordeste, 600 bilhões de metros cúbicos d'água que desabam sobre essa terra, mas encontram um semi-árido devastado, desnudo, ondulado. E a enxurrada aumenta a desgraça nordestina pela erosão, quando em verdade essa terra deveria estar coberta. As regiões semi-áridas pedem repouso do solo. É como o estado de coma que não suporta a movimentação; é como agitar o doente às vésperas da morte. Falo dos campos do Nordeste, dos campos áridos de Pernambuco; não me refiro à Zona da Mata. A primeira coisa deveria ser esta: a substituição das atividades agrícolas anuais por atividades perenes.

Segundo, a identificação de que o Nordeste tem, não todas, mas muitas condições para um grande desenvolvimento pecuário. A História nos ensina agente que o Conselho de Holandeses, aqui, em Pernambuco, fazia ver que a presença holandesa só foi possível graças ao gado que vinha dos sertões do Rio Grande do Norte. Temos, efetivamente, condições para termos uma pecuária desenvolvida, porque somos ajudados pelo clima. A salubridade determinada pela climatologia do Nordeste indica a pecuária. Ocorre, entretanto, a ausência de determinados fatores necessários a uma pecuária desenvolvida. Sabemos que a riqueza maior para o rebanho, para a pecuária é mais até do que a gramínea, a leguminosa. O Nordeste está precisando de cobertura arbórea, que as leguminosas, que se transformam em alimento pecuário, oferecem na sua multiplicidade de formas. Certa vez, na Espanha, conhecendo uma estação experimental de forragem, eu dizia a um velho professor que invejava a Europa produzindo alfafa. Ele riu e disse: “Vocês têm leguminosas como o feijão-guandu como leucena, precisam levar algaroba para lá”, (esta, tinha chegado a Pernambuco, Serra Talhada, mas ainda não era conhecida no Rio Grande do Norte), “porque com essa forragem arbórea vocês têm condições de melhorar o clima e de plantar, protegidos pela sombra arbórea as

gramíneas, e fazer uma duplicidade de cultura térrea, gramínea e forrageira rasteira, e, por cima, a forrageira arbórea. Vocês têm condições excepcionalíssimas”.

Quando dizem que a terra do Nordeste é seca, tenho repetido e, às vezes, isso é mal compreendido, que “seca não é a terra do Nordeste, seca é a inteligência da elite que governa o Nordeste. Aí é que não chove! Há algum tempo atrás eu lia um livro confrontando a Índia com o Brasil, os seus problemas. No tempo em que havia passeatas imensas e trágicas, como o povo gritando: “dê-nos arroz ou mate-nos”, o autor chegava a uma conclusão melancólica contra a Índia. Ele dizia que os dois países tenham uma diferença singular; enquanto a Índia tinha - e a tradução foi esta, uma palavra meio dura, mas foi traduzida assim e repito assim - um povo burro e a uma elite governante inteligente, o Brasil era o contrário”.

A pecuária é uma das alternativas para o Nordeste. Outra, é o xerofilismo, que existe, no Nordeste, como em nenhuma outra parte do mundo, com produções indicadoras de industrialização como a faveleira, cujo óleo é melhor do que o de oliva. O xerofilismo teria que ser estudado pelos pesquisadores do Nordeste, para fazemos dele um ponto de apoio para essa reformulação da agricultura do Nordeste.

Devemos partir para produzir o que só é possível de produzir no semi-árido, por que o que significa a produção senão o desdobramento natural da competição? Temos que nos preparar para a competição; temos que produzir o que seja capaz de competir, tranquilamente, com São Paulo, Paraná, Estados Unidos, Japão, França, qualquer parte do mundo, se quisermos ter um longo futuro. Dentro dessa observação de produzirmos para competir, citaremos toda a variedade de frutas tropicais. Citaremos principalmente, fibras, sedas, óleos, tinturas. E novamente a História nos ensina, que o pau-brasil se estendia do Rio de Janeiro até um pouco além do Ceará, mas o melhor era o de Pernambuco. Em verdade, o melhor não era o de Pernambuco; o melhor era o do Rio Grande do Norte. Aqui, o Recife é uma cidade úmida; Pernambuco tem a Zona da Mata que é uma região úmida. No Rio Grande do Norte, realmente, existia o pau-brasil mais concentrado pelo calor, pela umidade relativa baixa, tanto assim que os franceses, que se tornaram o grande competidor com Portugal para se apoderarem do nosso pau-brasil, preferiam o Rio Grande do Norte. Foi lá que eles se instalaram numa aliança com os potiguares, escondendo os seus barcos na curva do rio Potengi.

Rapidamente, podemos ver alguns pontos. Primeiro, as tinturas são concentradas, aqui, pela luminosidade. Segundo, a seda é produzida a partir daquela lagarta que se alimenta da amoreira. A amoreira que resiste ao calor do Nordeste, não resiste, ao frio do sul do país. O sul do país tem apenas, por ano, oito safras de seda e o Nordeste pode ter até treze safras de seda. Aí inverte-se o problema de produtividade. O maior produtor de seda, no mundo, é a China. Lá eles só têm quatro ou cinco safras por anos e podemos ter aqui treze. Podemos vestir de seda um bilhão e tantos milhões de chineses, quando eles tiverem dinheiro para isso, mas estão no caminho certo com Deng Xiao Ping e essa se torna uma das atividades em que somos vantajosamente competidores.

Terceiro, temos, aqui, o fumo barato de Arapiraca. Mas, temos o fumo caro, fumo oriental, que serve, principalmente, para cachimbo de rico. O cachimbo de pobre usa o fumo de Arapiraca. O fumo oriental não suporta chuva nem umidade. A Souza Cruz escolheu, precisamente, Seridó da Paraíba e o Rio Grande do Norte para fazer a multiplicação dos campos de fumo oriental que vale, talvez, cinquenta vezes o outro.

Quarto, o camarão não suporta o frio. Quando a temperatura baixa e fica inferior a 20 graus, ele começa a adormecer. O camarão quer uma temperatura ótima, entre 22 e 24 graus, que é a temperatura de qualquer parte da costa do Nordeste, desde o Piauí até uma parte da Bahia. Temos condições ideais. O Japão, por exemplo, grande produtor de camarão e o maior importador de camarão, só produz camarão durante seis meses do ano. Nós, aqui, poderemos produzir camarão durante todos os meses do ano. No Japão, ainda, eles têm que oxigenar as águas, gastando o petróleo que não possuem, com máquinas dentro do sal, o sal do mar, num desgaste violento, porque é necessário que haja uma brisa acima de 22km/h para garantir a oxigenação ótima do camarão, que é o que o Nordeste tem em todos os seus locais.

Quinto, o Japão tem que impermeabilizar o solo numa terra que tem vários tremores por dia. Impermeabilizada, hoje, racha-se amanhã. Temos centenas de milhares e milhares de solos impermeabilizados pela sedimentação, em decorrência das correntes quentes que vêm da África e que se chocam com a plataforma continental, precisamente em frente a Natal, bifurcando-se para o norte e para o sul, tornando impermeabilizado o sedimento, em grande parte.

Dizemos essas coisas pelo fato de termos observado e termos convicção muito sedimentada disso. Como Governador, fizemos exatamente, o que estamos pregando e espalhamos pelo Rio Grande do Norte esses projetos que estou falando. Nordestinamente somos vaidosos e posso dizer que fizemos em Serra do Mel a maior plantação contínua de cajueiros do mundo: 600km² divididos através não só da reforma fundiária, mas da reforma agrária. Entendemos que a reforma agrária tem dois tempos: no primeiro, a reforma fundiária, no segundo, a organização da produção. Fizemos isso num projeto que tem 22 vilas rurais e o centro chama-se Brasília. Cada vila tem o nome de um Estado brasileiro e uma das vilas mais prósperas e mais bonitas é a de Pernambuco, com a cultura do caju. Fizemos a mesma coisa, utilizando a reforma agrária, com o coco, em Boqueirão, município de Touros. Também, com a seda e com camarão, mas, infelizmente, a descontinuidade acabou alguns desses projetos, como o do camarão. E um governo que acaba com o projeto do camarão é porque tem cabeça de camarão. Defendemos a compatibilidade da agricultura com a ecologia, com a realidade climática. A industrialização teria de, com prioridade, se desdobrar em cima da produção agrícola, na agroindústria, para que essa agroindústria fosse uma agroindústria rural, a fim de que, quando a modernidade liberar o homem do campo, ocorre, então, êxodo agrícola, mas não o êxodo rural.

Analistas da situação dramática em que vive o Terceiro Mundo dizem que dois problemas são aflitivos para todos nós: o desemprego e o custo social da cidade grande. Dentro dessa visão submeto-me, agora, ao debate e às observações críticas dos senhores.

RENATO DUARTE: Parabenizo o Dr. Cortez Pereira pela sua brilhante e instigante conferência. Foram tantas as colocações e os pontos provocantes que colocou e tanta foi a demonstração de conhecimentos que mostrou em termos da ecologia de desenvolvimento, se posso usar essa expressão, do Nordeste, que me fez ter que ser um pouco seletivo com relação a questões que gostaria de considerar e de debater. Sobre a vocação do Rio Grande do Norte - a produção do sal - parece que foi um determinismo ecológico que perdurou até hoje. Nas minhas leituras, sobre o processo de ocupação econômica no Nordeste sempre vi que o Rio Grande do Norte, desde o início desse processo de ocupação, praticamente, definiu a sua quase que hegemonia como produtor de sal. Parece que há um determinismo ecológico e parece que não há muita concorrência com relação a esse aspecto. Isso é, apenas, uma consideração

preliminar. Até que ponto, o Rio Grande do Norte ou o resto do Nordeste teriam vocação tão bem definida: haverá um determinismo ecológico tão grande como esse da produção de sal? Há uma série de questões que foram colocadas, mas me detenho no que o senhor chamou de pecado original, ou de início infeliz. E adianto que sobre esse processo de ocupação econômica e, também, demográfica do Brasil, particularmente do Nordeste, haveria muito a discutir e a considerar.

Concordo que o sistema de capitânicas hereditárias foi um determinante negativo nessa questão. Temos muita coisa que discutir. Primeiro, a situação de Portugal no cenário mundial e a situação da economia mundial, naquela época, no século XVI. Tem que se ver a situação do mercado econômico internacional, ou seja, quais as perspectivas que se apresentavam para o Brasil, naquela época, e para Portugal, como a metrópole que explorava o Brasil. Sabe que Portugal, de fato, esperava encontrar ouro, prata e pedras preciosas e, na verdade, teve que iniciar o processo de ocupação produzindo cana por falta de outra opção. Aparentemente, se considerou feliz o Rei de Portugal por ter condições de explorar, economicamente, no início, com a agricultura da cana. Há, portanto, muito a considerar e a discutir sobre isso, mas não vem ao caso. Talvez, uma coisa tenha deixado de ser considerada e que é muito importante como, por exemplo, o tipo de relação de produção escravista que foram utilizadas.

A questão do escravismo, ou seja, a inexistência de um mercado consumidor grande, na verdade está na origem do problema do subdesenvolvimento do Nordeste. A concentração fundiária foi importante, assim como o tipo de estratificação econômica e social que existiu na formação das cidades brasileiras foi fundamental para o subdesenvolvimento posterior. A questão do escravismo, que está implícito na questão da estratificação social, foi fundamental para a estreiteza do mercado consumidor, pois não permitia uma diversificação das atividades econômicas, possibilitando a criação de bases para o desenvolvimento posterior do Nordeste.

Sabemos que os vínculos da economia canavieira com o resto do Nordeste, principalmente através da pecuária, existiram. Mas, foram relativamente débeis e frágeis, de tal maneira que, de fato, essa questão é importante e está nas origens do subdesenvolvimento do Nordeste. E tem toda razão quando fala no impacto da expulsão dos holandeses no Brasil e sobre o desenvolvimento dos Estados Unidos, do Caribe. Isso foi causa fundamental, também, para a não retomada do desenvolvimento do Nordeste, porque, exatamente, as ilhas do Caribe passaram a concorrer, com vantagens, com o açúcar do Nordeste, e os Estados Unidos se beneficiaram com essa situação, inclusive, em termos da própria estrutura fundiária dos Estados Unidos e posteriormente, com a transferência de migrantes das ilhas do Caribe para o seu território.

Realmente, o escravismo está na base dessa questão. Praticamente, a fisionomia da ocupação econômica do Nordeste se definiu a partir do século XVII. Após, foram pequenos preenchimentos de alguns vazios que existiam no território nordestino, mas na prática essa divisão do trabalho, com a predominância da monocultura canavieira na Zona da Mata e o trinômio-pecuária, agricultura comercial e a cultura subsistente ou lavouras alimentares - se definiu desde o século XVII, XVIII. Encerraria então essa primeira parte das minhas considerações.

O senhor é um estudioso da questão das transformações da economia do Nordeste, inclusive, mostrando com conhecimento de causa, a adaptabilidade e a viabilidade, pelo menos

em termos ecológicos, das várias propostas que fez, como por exemplo, substituição das culturas anuais por culturas perenes, disseminação da pecuária, inclusive com a ampliação da produção de leguminosas; expansão da produção xerófila, e, também, todas as alternativas de produção de frutas, seda, óleo, tintura, fumo, camarões, etc.

Em princípio, concordo mais como economista do que como geógrafo. Temos alguns geógrafos, aqui; eles poderão, durante os debates, discutir a questão da adaptabilidade climática ou da vocação. Acredito, em princípio, que sim, porque parece que não há nenhum obstáculo, nenhum problema ecológico, para a introdução dessas alternativas econômicas, aqui, propostas. Mas, como economista, me sinto no dever de fazer a colocação com relação às perspectivas de mercado. Com relação ao mercado, coloco algumas considerações, algumas dúvidas.

O problema é – isso foi, inclusive, tocado – a questão da integração nacional, quando foi feita uma nova divisão regional do trabalho e uma série de dificuldades se apresentaram para o Nordeste. Não estou querendo dizer que as eventuais desvantagens ecológicas do Nordeste, que o senhor considera que não existem, sejam um problema insuperável e que o Nordeste esteja condenado pelo fato de ser uma região que convive com o Centro-Oeste, Sudeste e Sul, mais desenvolvidas e com condições ecológicas, talvez, não tão desfavoráveis. Nem estou dizendo que o Nordeste seja condenado a não produzir nada, seja uma região subdesenvolvida. Absolutamente, não falo neste sentido. O problema é que no Brasil, país onde predomina o sistema econômico capitalista, existe a economia de livre empresa e a concorrência entre regiões, de tal maneira que não sei como seria possível viabilizar essa questão da integração do Nordeste, em vantagens competitivas, com o resto do Brasil. Sabemos, inclusive, que em alguns tipos de atividades econômicas o Centro-Sul, particularmente, São Paulo, não produzia, anteriormente, alguns produtos que eram, então só do Nordeste, passou a produzi-los, inclusive, com vantagens comparativa, praticamente, destruindo, tornando sem maior significado econômico, a produção agrícola principal do Nordeste. Neste sentido, como economista tenho que levantar a questão do mercado e das perspectivas de sobrevivência, de viabilidade econômica da introdução dessas culturas, dessas atividades econômicas, propostas na conferência.

Acho que não podemos deixar de considerar a questão da estrutura fundiária e da necessidade de uma formulação fundiária, implícita nessas reformulações, aqui, apresentadas. Fala-se de um excesso demográfico no semi-árido nordestino. Documento do GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, - há 30 anos atrás, apontava a existência de um excedente demográfico no semi-árido. Qualquer tipo de reformulação econômica nessa grande zona do Nordeste tem que passar por uma questão da reorganização fundiária, o que, por sua vez, implica em discutir o que fazer desse excedente demográfico. Esta é uma questão, que extrapola a discussão da oposição.

Resumo colocando a questão do mercado em primeiro lugar; em segundo, a estrutura fundiária e em terceiro, o que foi dito, aqui, sobre a falta de inteligência das elites brasileiras. Além disso, acho fundamental que sejam postas em prática todas as sugestões que fez, acrescentando que é necessária uma capacidade de organização, de execução, de implementação, coisa que não se vê no gerenciamento dos governantes brasileiros. Um tipo de reformulação da atividade econômica, como a que foi proposta, implica numa grande capacidade de organização, de execução, de implementação por parte dos dirigentes, que fico

me perguntando se podemos ter esperanças de que isso seja possível, mesmo admitindo que haja vontade política para fazê-las. Muito obrigado.

ABDIAS CABRAL DE MOURA: Considero este Seminário muito sábio e, naturalmente, se revela um tanto dialético e até diria um pouco irônico. Vejam bem a escolha das pessoas para debater. Vou dar um detalhe: trazem da Sudene não o economista, mas o sociólogo da Sudene, e da Fundação Joaquim Nabuco, em vez de trazer um sociólogo, trazem um economista. Isso tem uma certa ironia, o que digo no melhor sentido da palavra. E tem uma sabedoria. Não teria nenhuma graça chegar alguém, aqui da Sudene para discutir o que já foi discutido, brilhantemente, por Dr. Cortez Pereira, ex-Governador do Rio Grande do Norte, um homem de muita sabedoria, ex-Senador, um homem que estuda muito os problemas do Nordeste e que os discutiu aqui, com toda a sapiência, ou colocou, ou sugeriu.

O conferencista disse inicialmente que iria fazer uma reflexão sobre o Nordeste. Pareceu-me que ele fez uma sessão de psicanálise e fiquei com medo de usar essa expressão e de manifestar a idéia que estava por trás dela mas, felizmente, Renato Duarte me salvou lembrando o GTDN, porque eu estava lembrando mais para trás ainda, o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, anterior ao GTDN, anterior à Sudene onde esses temas foram, alguns deles, discutidos e, quando o conferencista falou em Xerofilismo, eu escrevi, aqui, Guimarães Duque. Vim, assim, por associação imediata, a Guimarães Duque e pensei: será que a gente vai recuando, vai ficando juvenzinho, ficando criança, daqui há pouco estamos todos nos ventres maternos, numa sessão de alto valor psicanalítico, porque são temas, esses trazidos aqui, com os quais me preparei para enfrentar os problemas do desenvolvimento no tempo em que acreditava, muito jovem, muito crente, que bastaria planejar bem, ter boas idéias, para fazer a região ficar desenvolvida. Foi um tempo muito bonito. Estava-se convencido de que se tivesse um bom plano, o executasse, e fizesse uma sede bonita para a Sudene, com ar condicionado nos andares, e se aumentasse o movimento das boates do Recife, e se as moças andassem, mais modernamente, vestissem vestidos mais curtos e se se trouxessem vários empresários do sul, com muitas idéias e, também, do exterior, com muito dinheiro, aqui se estabeleceriam várias indústrias e todo mundo seria estimulado a fazer outras coisas semelhantes; então todo o Nordeste seria desenvolvido. É verdade que, naquela época, nos esquecemos de contar que se tivéssemos, nestes 30 anos - já que se falou aqui no GTDN - conseguido, realmente, desenvolver o Nordeste velho, os 15 milhões de nordestinos ficariam com a visão desenvolvimentista e fazendo coisas de pessoas desenvolvidas, mas teriam nascido mais quinze milhões. O Nordeste, hoje, já não são os 15 milhões daquela época, mas 30 milhões de nordestinos. Teríamos, entretanto, de qualquer forma, feito um nordestino desenvolvido e convivendo ainda com o Nordeste subdesenvolvido. É mais ou menos o que acontece. Muita coisa foi feita, algumas na linha preconizada pelo palestrante de hoje, como essa de aproveitar a vocação e até o clima do Nordeste para, a partir daí, desenvolver o Nordeste.

Quer provocar a brilhante palestra do Dr. Cortez Pereira, perguntando a opinião que tem sobre irrigação. Senti falta dessa expressão. Como ele defendeu a seca, o clima, como algo de favorável, e o aproveitamento, a adaptação da economia ao clima existente e à seca existente, e falou em xerofilismo, no aproveitamento do cajueiro, do pau-brasil, de que o do Rio Grande do Norte é melhor do que o de Pernambuco. Comentei com Maria do Carmo que o que dá nome a um produto, não é o local onde ele é produzido, e sim o local onde é exportado, de forma que se os franceses chamam, hoje, Bois de Pernambuco, pau de Pernambuco, madeira de Pernambuco, é o paubrasil; e não é porque o de Pernambuco fosse melhor do que o da Paraíba

e do Rio Grande do Norte, mas porque era exportado através do porto de Pernambuco. Esse nome veio não porque a madeira fosse de Pernambuco, tanto que os franceses não tinham o direito de exportar o pau-brasil de Pernambuco, o de Pernambuco era pau-brasil mesmo. O que ia com o nome de pau-Pernambuco era o que vinha da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e nesse ponto o Ex-Governador tem toda razão. Isso é um detalhe que não vem ao caso.

Gostaria de provocá-lo, já que não posso falar tanto quanto precisaria para discutir os aspectos de sua palestra, sobre irrigação. Digo isso, porque, atualmente, a solução do Nordeste, a grande panacéia, está sendo a irrigação. Eu, como sou de Zona da Mata, de litoral, perto de rio e de mar, gosto muito de irrigação e fico encantado quando vou às margens do São Francisco e vejo aquela produção continuada: uva, cana, dando o ano todo, aproveitando o clima favorável e seco, ensolarado o ano todo e a água colocada, nos momentos necessários, fazendo que as safras de uvas, melão, e de tudo o mais que existe por lá, sejam continuadas. Também, há uma série de pessoas, estudiosos, que lamentam que se estejam fazendo tanta irrigação no Nordeste, porque consideram que isso vai salinizar, facilmente, o nosso solo e, brevemente, não teremos nem a agricultura irrigada nem a outra. De forma que pergunto: qual é a visão do Ex-Governador, homem público e estudioso, também, para esse tema de irrigação? Naturalmente, gostaria que outras pessoas como o professor Mário Lacerda desse sua opinião, posteriormente. Fico em dúvida, como leigo, se a irrigação, que me parece tão boa, tão salvadora, tem tanto perigo e pode realmente ser mais uma linha errada de atuação para resolver os problemas do Nordeste.

Como imagino que meu horário está quase terminado, faço uma observação sobre o tema da palestra. Como não havia recebido o texto, e valeu a pena porque foi uma improvisação muito bonita, havia anotado alguma coisa que pudesse enriquecer, aqui, o debate.

Apanhei a Constituição de 1988, essa que agora foi promulgada em 8 de outubro, e comecei a observar alguns dispositivos que se referem ao tema do nosso debate de hoje. Em primeiro lugar, é a primeira vez que uma Constituição Brasileira exige, expressamente, a região como um tema constitucional. “Para efeitos administrativos, a União” - é o artigo 43 da Constituição – “poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais”. Os incentivos compreenderão, “além de outras, na forma da lei: prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de águas represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas”. Logo a seguir: “Nas áreas a que se refere o § 2º, IV desse artigo, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação”. Tudo isso, me parece, embora eu tenha preparado anteriormente, está muito ligado ao que estou colocando para provocá-lo: se essa necessidade, agora já erigida em termos constitucionais, é uma necessidade desnecessária, o Nordeste deve aproveitar mesmo sua vocação de seca, de pouca água e tirar proveito melhor disso? É uma provocação, claro.

“Compete a União: elaborar e executar os planos nacionais e regionais, planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas, instituir sistema nacional de gerenciamento e de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direito de seu uso”, (Art. 21). Os juristas já estão sabendo disso, mas nem todo mundo teve acesso ao texto constitucional - gostaria de informar que, por iniciativa minha e cumprindo um preceito.